

HISTÓRIA & MEMÓRIA: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVA NO FINAL DO SÉCULO

Adriana T. A. Martins Keuller

1. História e memória: muito se tem discutido sobre as fronteiras que ligam uma à outra. A problemática da memória tem merecido atenção privilegiada tanto das Ciências Biológicas, quanto das Ciências Humanas nos últimos anos. Mas o foco, no campo da História, está voltado para a memória e suas práticas como objeto da análise e do entendimento do historiador.

Nessa trajetória, os limites entre um campo e outro apresentaram transformações. A História, num processo acelerado de massificação e de mundialização originário da Revolução Industrial, passaria a se distanciar do campo da memória e a se opor a ele. Segundo Pierre Nora, evidenciamos, cada vez mais, um afastamento entre a memória verdadeira, social e intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas ou arcaicas representam, e a História que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado porque levadas pela mudança.

Nesse processo de oposição, Nora salienta a diferença entre um e outro campo quando afirma que, se a memória pode ser representada pela vida, pois é carregada por grupos vivos, a História se apresenta como uma representação problemática e incompleta do que não existe mais. A memória, por outro lado, em constante evolução, um objeto vulnerável, está aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. A História, como representação do passado, liga-se a continuidades temporais, evoluções e relações das coisas; é, pois, uma operação intelectual que demanda análise e discurso crítico. A memória, é afetiva e mágica, emerge de um grupo que ela une, é múltipla,

acelerada, coletiva, plural e individualizada.¹ Completando-a como prática de representação social, Nora afirma que a memória dita coletiva é “o que fica no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado”.²

Pensando a memória como prática de representação social, vale discutir algumas questões tanto da natureza do objeto quanto da produção do conhecimento histórico. Nessa perspectiva em que a memória se apresenta em crise, focamos atenção na política de preservação da imagem da cidade relativa aos lugares de memória e nos problemas documentais que a sociedade de informação vem produzindo no mundo capitalista hoje.

2. A partir dos anos 30 deste século, presenciamos um novo impulso dessacralizante no campo história – memória. A História como ciência social se faz em saber da sociedade sobre si mesma. Inclinando-se sobre uma variedade de memórias particulares, ela se transforma em um laboratório das mentalidades do passado.

O conhecimento histórico começa a sofrer mudanças e a História se reveste de uma moderna concepção de tempo, não mais vista/pensada como “mestra da vida”, no entender de R. Koselleck, segundo o qual o passado serve de orientação para o futuro, ou seja, a História não mais serve para imortalizar feitos humanos ou mesmo para registrar acontecimentos em sua dignidade própria. Refutando o campo das experiências passadas, ela passa então a integrar o campo das expectativas, pois, ao avançar em direção ao futuro, a História seria a expressão da noção de processo e de mudança que passou a dominá-la.³

Utilizada tanto pelo Estado Nacional em (re)construção como por movimentos étnicos, a História, imbuída dessa noção de processo e de mudança, faz parte do universo de preocupações daqueles que pretendem elaborar e implementar políticas culturais que visem à construção e à comunicação de uma identidade nacional ou étnica. Nesse sentido, a nação,

1 NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: Brasil, 1993. p. 9.

2 LE GOFF, J. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1990. p. 472.

3 Ver KOSELLECK, R. *Futuro pasado para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Edicions Paidós Ibérica, 1993.

no dizer de Dumont, pode ser pensada como uma coleção de indivíduos ou como um indivíduo coletivo, e o seu mundo social e físico possui atributos que os identificam como nação.

Inclui-se também nesse universo de preocupações a seleção dos objetos e coleções que representam a nação, que fazem parte de sua História, organizada pelos enquadradores da memória. São eles que constroem as identidades pessoais e coletivas de um povo e que as selecionam em instituições ou museus que representam o mundo social e físico da nação.

Nessa nova concepção de tempo em que a própria noção de passado se transformou, vemos a atenção voltada pelos Estados Nacionais para a constituição de um patrimônio cultural, ou seja, a criação de coleções de objetos móveis e imóveis pelos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades, como a nação e o grupo. Valendo-se dos bens culturais do povo – as relíquias ou monumentos que compõem o patrimônio e que estão associados ao passado e à história da nação –, os movimentos étnicos ou o próprio Estado Nacional vão estar atentos a essa seleção, pois esses bens têm como características a capacidade de evocar o/um passado; a ligação que estabelecem entre passado, presente e futuro; a possibilidade de garantir a continuidade da nação no tempo e de estar ligados à arte da memória.⁴

Nesse sentido, vamos muitas vezes nos deparar com rupturas com o passado, o que gera um esfacelamento da própria memória, fenômeno que, além de atingir o indivíduo e a própria sociedade, afeta também a cidade, levando-nos à curiosidade pelos lugares de memória. “Há locais de memória porque não há meios de memória”. No dizer de Nora, são eles que permitem a cristalização da memória.⁵ Assim, quando pensamos na memória, vêm-nos logo à cabeça alguns pontos de referência, tais como: monumentos, patrimônio arquitetônico, paisagens, datas, personagens históricos, tradições e costumes, regras de interação, folclore e música, tradições culinárias, entre outros.

Essa variedade de referência, causada pelo esfacelamento, gera a ampliação dos bens culturais da nação e permite a atuação dos enquadradores da memória na política urbana e cultural do País. Atualmente as palavras-chave dessa política são preservação, recuperação e conservação⁶ – não só da nossa História

4 GONÇALVES, J. R. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio Janeiro, v. I, n. 2, 1988.

5 NORA, op. cit., p. 7, nota 1.

6 MENEZES, U. T. B. de M. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Z. L. (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 12.

como também da “imagem da cidade”. A cidade passa a ser vista como forma, cujas forças sociais ali refletem a sua imagem, bem como interagem numa teia de relações cotidianas, auxiliando-nos, como enquadreadores da memória, no inventário de monumentos.⁷

Pressupondo essa fragilidade do patrimônio, causada pelo esfacelamento da memória, vemos emergir uma indústria do patrimônio cultural que Hewison, ao estudar o fenômeno na Inglaterra, percebe que ali ela passa por um verdadeiro *boom* e, a continuar com esse ritmo frenético, em pouco tempo a Grã-Bretanha seria um grande museu ao ar livre, em que o mapa e o território teriam a mesma escala.⁸

A complexidade dessa problemática que assola o mundo contemporâneo é que, se os enquadreadores da memória defendessem o que não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construir os chamados lugares de memória, e, se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, tais lugares seriam inúteis. Mas o conhecimento histórico apoderou-se desses lugares, deformando-os, transformando-os, no momento em que a memória, esfacelada, passou a ser objeto da nova História. Cabe a esses profissionais o cuidado de não cristalizar toda memória, mas, aliados à produção do conhecimento histórico, saber selecioná-los. Por isso as referências ao seu estudo têm uma função positiva no que diz respeito ao significado da memória nacional.

Quais são os lugares de memória? Como podemos defini-los? Sabemos que eles estão situados em domínios complexos: simples e ambíguo, material e artificial, e que eles podem ser, na definição de Nora, tanto material – topográficos e monumentais (depósito de arquivos, Biblioteca Nacional, estátuas, monumentos, conjunto arquitetônico), simbólico (associação de antigos combatentes, testamento, dicionário, manual de aula – quando for objeto de um ritual) –, quanto funcional (minuto de silêncio, solenidade de cerimônias oficiais, peregrinações populares), ou seja, a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, é prender o máximo de sentido num mínimo de sinais.

7 MARTINS, A. L. A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: história e memória da cidade paulista. *Imagens da cidade*. São Paulo: Marco Zero, 1993. p. 179.

8 MENEZES, op. cit., p. 12, nota 6

Diferentemente de todos os objetos da História, os lugares de memória não têm referentes na realidade. Eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Eles são um lugar duplo, um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome, mas constantemente abertos sobre a extensão de suas significações.

Assim, se o estudo é, por um lado, um momento de um retorno reflexivo da História sobre si mesma, por outro, ele é o “momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída”.⁹ Combinados, ambos nos remetem de uma só vez aos instrumentos de base do trabalho histórico e aos objetos mais simbólicos de uma memória coletiva, acima de tudo, nacional.

3. Se a memória espontânea não existe mais, sabemos que os enquadradores da memória vão se apoiar inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem. Assim, acumulam-se obrigatoriamente testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais de tudo aquilo que nós definimos como memória, ou seja, “a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível de lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar”.¹⁰

A memória entra num progressivo processo de externalização, que começa a operar já na transformação das sociedades orais em quirográficas e se acentua com a difusão da alfabetização e da escrita.¹¹

Isso pode ser verificado não só com a própria Revolução Francesa, que se apóia em rituais comemorativos – como forma de externalizá-la –, deixando-a mais perto dos vivos, como também nos chamados monumentos da lembrança que proliferam mais tarde, tais como os Arquivos Nacionais, as Academias Literárias, os Museus Públicos e Nacionais e as Bibliotecas, entre outros. Corroborando com isso, vale lembrar que nos tempos clássicos os três grandes produtores de arquivos reduziam-se às grandes famílias, à Igreja e ao Estado, reforçando, portanto, essa idéia.¹²

9 NORA, op. cit., p. 12, nota 1.

10 NORA, op.cit., p. 15, nota 1.

11 MENEZES, op. cit., p. 15, nota 6.

12 LE GOFF, op. cit., p. 462-465, nota 2.

O ápice desse processo expressa-se no mundo atual, não só com os registros eletrônicos, mas também com a própria obsessão de arquivo que nos assola. Este último, por exemplo, muda de sentido e de *status* simplesmente por seu peso. Ele não é mais o estado mais ou menos intencional de uma memória vivida, mas a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida. Assim, tanto o Estado – por intermédio dos organismos documentais e da proteção do patrimônio cultural –, como as entidades privadas, empresas, imprensa, sindicatos, escolas, associações de bairro têm contribuído para isso, cada um procurando reforçar a auto-imagem nessa dialética da lembrança e do esquecimento. Preocupamo-nos em preservar integralmente todo o presente e recuperar totalmente todo o passado, para não lamentarmos a destruição ou o desaparecimento daquilo que nos permitiria saber em nossos predecessores.

Mas a História, a partir dos anos 50, passou (e continua passando) pela mais notável revolução documental, desde a invenção e o uso freqüente da chamada memória eletrônica. A própria sociedade de massa e o mercado reforçam essa idéia, quando afirmam que resgate, recuperação e preservação são as diretrizes do momento. Já que cada vez mais nos apoiamos nessa memória eletrônica e artificial, várias informações, lembranças, recordações, reminiscências são acumuladas quase que ilimitadamente. Dessa maneira, a tecnologia eletrônica não apenas ampliou quantitativamente as condições de produção, circulação e consumo da informação, mas também introduziu novos padrões.

Se nas sociedades comunitárias tínhamos como suporte da memória o corpo, como performance, e a narrativa oral, hoje encontramos uma série de registros gráficos, visuais e eletrônicos, além dos próprios objetos físicos. Essa revolução tecnológica, assim como a gestão dos recursos de informação, estão exigindo uma mudança sensível na atuação dos chamados enquadradores de memória. A natureza da documentação eletrônica altera a concepção de suporte material de informação, já que devemos operá-la não mais como entidades físicas, porém como entidades lógicas.

A proposta encontrada para adaptação à nova onda eletrônica, no dizer de Menezes, é atribuir maior importância à informação de sistemas – metadatas, incorporáveis aos registros e assim capazes de equacionar problemas como o de autenticidade. Da mesma forma, o conceito de ordem original, no registro eletrônico, passa a ter significado do ponto de vista das relações lógicas subjacentes à preservação. E a preservação assume, portanto, outras finalidades: “assegurar a legibilidade e inteligibilidade dos documentos para facilitar a permuta de dados através do tempo”.¹³

13 MENEZES, op. cit., p. 23, nota 6.

Os bancos de dados informatizados resolvem alguns problemas quanto à contextualização, entretanto é preciso rever a pertinência, a conveniência e mesmo a viabilidade desses bancos de caráter “universal”. Menezes alerta-nos a não confundir o banco de dados com o universo empírico de um projeto de pesquisa, pois tanto a organização documental quanto a organização do conhecimento precisam caminhar juntas. É por isso que o material de registros eletrônicos de um arquivo precisa ser identificado não por séries, mas por sistemas de dados informacionais.

Deparamo-nos com uma série infindável de documentos que ocasionam problemas angustiantes, tais como volume e diferentes tipos de informação, dispersão de material, diferenciação de técnicas, dificuldades de conservação, entre outros. Nessa perspectiva de preservação, recuperação e resgate que norteia o mundo contemporâneo, várias dificuldades são encontradas na etapa de seleção documental. Muitas vezes, a desorientação no meio acarreta um desperdício não só de esforços mas também de recursos por parte de instituições de memória, bem como dos órgãos financiadores, sejam eles ligados ao Estado ou à sociedade civil. Falta vínculo da pesquisa histórica com os materiais coletados em museus e arquivos.

O importante é aliar o horizonte documental com a pesquisa histórica, de forma a validar o procedimento de coleta, organização e processamento de documentação adotado nas instituições, com o fito de selecionar e hierarquizar a quantidade de fontes e informações adquiridas.

4. Justamente no momento em que os enquadradores da memória se debruçam nos estudos das comemorações e, portanto, se desprendem do culto documental, toda a sociedade contemporânea vive na religião conservadora e no produtivismo arquivístico. A memória do papel tornou-se uma instituição autônoma de museus, bibliotecas, depósitos, centros de documentação, entre outros. À medida que desaparece a memória tradicional, sentimo-nos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, que devem tornar-se a prova em não se sabe que tribunal da História. Uma estranha reviravolta operou-se entre os profissionais, em quem se reprovava antigamente a mania conservadora, e os produtores naturais de arquivos. São hoje as empresas privadas e as administrações públicas que engajam arquivistas com a recomendação de guardar tudo, quando os profissionais aprenderam que o essencial do ofício é a arte da destruição controlada.

Não basta tudo guardar, tudo conservar dos sinais indicativos de memória, mesmo sem sabermos exatamente de que memória. A passagem da memória

para História obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização da própria história. O dever da memória faz de cada um historiador de si mesmo. Assim, não apenas os antigos marginalizados da História Oficial são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado, mas todos os corpos instituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens.

Devem-se contextualizar as escolhas de informação feitas pelos enquadreadores de memória no que se refere não só às exposições museológicas, mas também aos arquivos, especialmente os orais e audiovisuais, e lembrar que a tênue democratização da informatização que estamos vivenciando com a revolução tecnológica globalizada não significa que os governantes se ausentaram da vigilância controladora da produção da memória.

Assim, tanto os documentos como a política do patrimônio cultural relativos aos lugares de memória necessitam aliar o trabalho documental com a produção do conhecimento histórico. Essa crise da memória demonstra a necessidade de fazer escolhas, seleções, e a importância de historicizar a própria memória, tarefa essa prioritária, sobre a qual os enquadreadores da memória devem se debruçar para produzir uma memória social e coletiva mais democrática.

BIBLIOGRAFIA

GONÇALVES, J. R. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. I, n. 2, 1988.

HALBAWACHS, M. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

KOSELLECK, R. *Futuro pasado para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Edicions Paidós Ibérica, 1993.

LE GOFF, J. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1990

MARTINS, A. L. A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: história e memória da cidade paulista. In: *Imagens da cidade*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

MENEZES, U. T. B. de M. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Z. L. (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1999.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Traduzido de Les Lieux de Mémoire. In: *Projeto História*. São Paulo: Brasil, 1993.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.